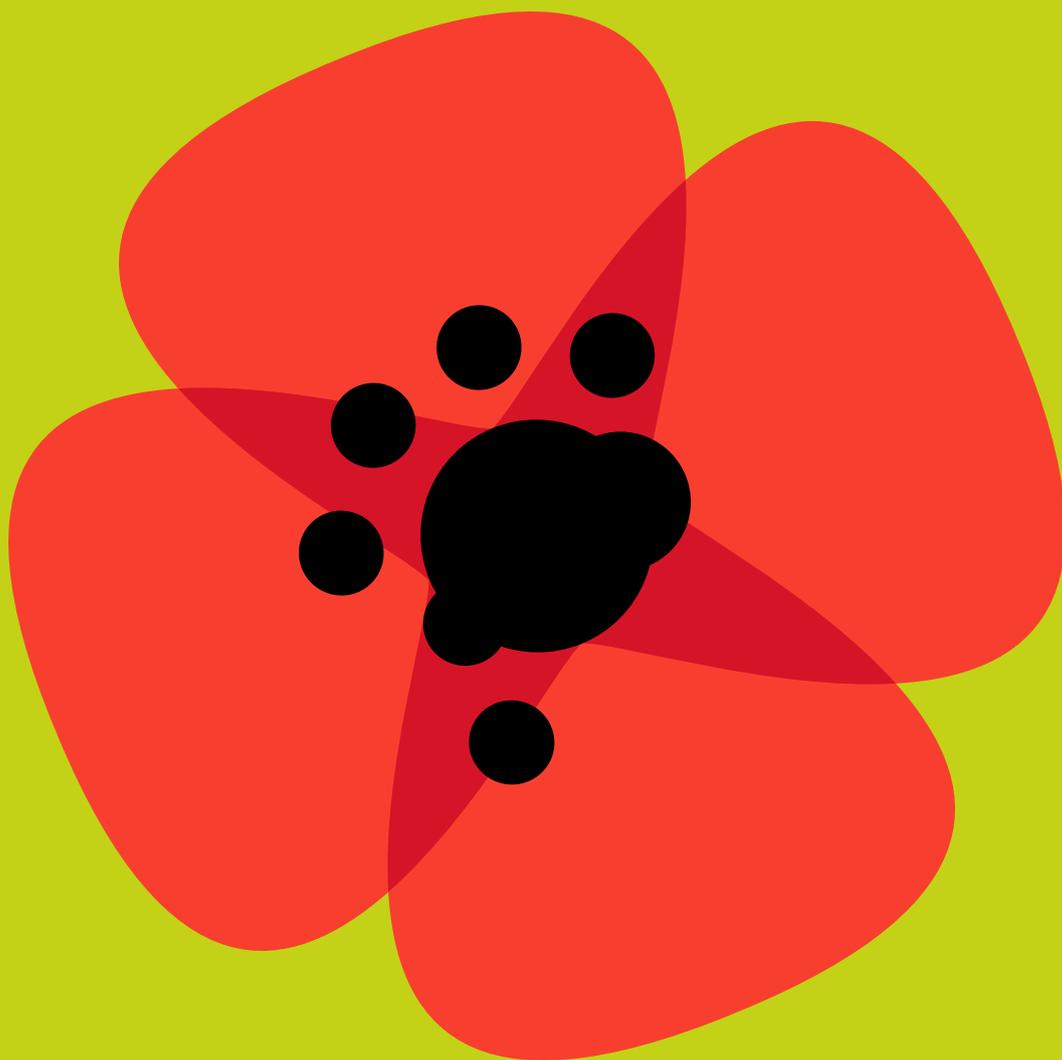


**Programa
Eleitoral
Regionais da
Madeira
2023**



LIVRE

Gente LIVRE para a Madeira

Bem-vindos ao programa do Partido LIVRE para as eleições regionais para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

O LIVRE é um partido político comprometido em promover os princípios de liberdade, justiça social, ecologia e igualdade, e em lutar incansavelmente pelos interesses dos cidadãos da Região Autónoma da Madeira.

Nestas eleições, o nosso partido apresenta um programa político abrangente que aborda questões cruciais para o desenvolvimento e o bem-estar da população madeirense e porto-santense.

Em primeiro lugar, comprometemo-nos a impulsionar a economia e promover o emprego, através da criação de condições favoráveis ao investimento sustentável, estimulando o empreendedorismo e a diversificação das atividades económicas. Queremos garantir que os madeirenses tenham acesso a oportunidades de trabalho dignas, estáveis e sustentáveis, através de medidas como a formação profissional e a valorização dos setores tradicionais e emergentes da nossa economia.

Para o LIVRE são essenciais as questões ambientais e de sustentabilidade. Defendemos a proteção e preservação do nosso património natural, a promoção das energias renováveis e a adoção de políticas de gestão sustentável do território. Queremos garantir um ambiente saudável para as gerações presentes e futuras da Madeira e do Porto Santo.

Além disso, o LIVRE defende uma educação de qualidade e inclusiva para todos os madeirenses, desde o pré-escolar até ao ensino superior. Comprometemo-nos a investir na modernização das infraestruturas educativas, na atualização dos currículos escolares e na valorização dos professores e dos restantes profissionais do setor.

No que diz respeito à saúde, consideramos essencial melhorar as condições de acesso aos cuidados de saúde, promovendo a proximidade com os serviços, o reforço dos cuidados primários e a valorização dos profissionais de saúde. Propomos também a implementação de medidas de prevenção e promoção da saúde, de forma a garantir uma população saudável e uma Região Autónoma da Madeira próspera.

Por último, mas não menos importante, o partido tem como prioridade a promoção da participação cívica e o combate à corrupção. Propomos a implementação de medidas de transparência e de prestação de contas, bem como o estabelecimento de canais eficazes de participação dos cidadãos na tomada de decisão política.

Esta é apenas uma síntese das propostas do LIVRE para as eleições regionais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. Estamos totalmente empenhados em trabalhar em prol de uma Madeira e de um Porto Santo melhores, onde todos os cidadãos possam viver com dignidade e prosperar.

Contamos com o teu apoio e confiança. Juntos, faremos a diferença!

Índice

Economia

1 Criar o Estatuto do Pensionista

1.1 Garantir que os pensionistas tenham uma vida digna e com qualidade, assegurando o respeito pelos seus direitos e necessidades. Isso inclui a garantia de um rendimento mínimo adequado para assegurar a sua subsistência.

1.2 Permitir maior agilização nos processos de atendimento, tais como prioridade na atribuição de habitação social, tarifa social da água, acesso gratuito a atividades culturais e desportivas e benefícios fiscais.

1.3 Passe gratuito nos transportes públicos para toda a ilha, em cada uma das ilhas (Madeira e Porto Santo) e descontos especiais nas viagens marítimas inter-ilhas.

1.4 Implementar melhorias nos serviços de saúde (acesso a exames, consultas e tratamentos especializados) e garantir o acesso gratuito à medicação e a desburocratização das viagens necessárias para tratamentos médicos. Esta medida visa reduzir o impacto financeiro dos cuidados de saúde para os pensionistas, garantindo o acesso aos medicamentos necessários para preservar a sua saúde e qualidade de vida.

2 Fomentar a economia local, solidária e colaborativa

2.1 Apoiar a criação de cooperativas e de empresas autogeridas pelos trabalhadores que garantam o desenvolvimento ecológico e sustentável que, com o apoio do Governo Regional e de legislação regional adaptada, abasteçam mercados locais, promovendo o

comércio local e, indiretamente, o emprego.

3 Diversificar os indicadores de desenvolvimento regional

3.1 Passar a incluir indicadores de desenvolvimento sustentável que reflitam o nível de vida de pessoas em condições económicas desfavoráveis, como o PIB Verde ou a Poupança Genuína, dando prioridade aos aspetos mais diretamente ligados ao ambiente, qualidade de vida, felicidade, saúde e bem-estar.

4 Combater a pobreza, redistribuir a riqueza

4.1 Promover a autonomia económica, rejeitando o paradigma de crescimento económico vigente em favor de um paradigma de Desenvolvimento Ecológico e Solidário, implementando um programa regional de combate à pobreza focado nas crianças e jovens, garantindo os provimentos básicos de água, gás e eletricidade através do abastecimento gratuito de quantitativos mínimos de forma a assegurar mecanismos de compensação para diminuir as desigualdades sociais existentes na Região.

5 Aumentar o salário mínimo regional

5.1 Tirar os madeirenses e porto-santenses da armadilha dos salários baixos, através de uma majoração de 10% em relação ao salário mínimo nacional, passando já em janeiro dos atuais 760€ para os 836€.

6 Reforçar os apoios sociais regionais

6.1 Defender e propor uma majoração do Indexante de Apoios Sociais (IAS) em 10% na Região Autónoma da Madeira, garantindo estabilidade na atribuição dos diversos apoios sociais regionais, passando o valor dos atuais 480,43€ para 528,50€.

7 Proporcionar uma rede de transportes públicos tendencialmente gratuitos

7.1 Criar um passe regional, gratuito para grupos especiais, como pensionistas, estudantes e pessoas com deficiência, e a um preço justo para os demais, que permita a ligação entre os centros urbanos e os espaços rurais, promovendo a continuidade territorial e dinamização das economias locais. Assim fomentamos uma mobilidade mais eficiente, implementando políticas de mobilidade baseadas na redução da necessidade das deslocações, apostando nos transportes públicos e partilhados, desincentivando o uso de automóvel individual, reduzindo acentuadamente o uso de combustíveis fósseis.

8 Combater os paraísos fiscais

8.1 Eliminar, a prazo, o Centro Internacional de Negócios da Madeira (o offshore da Madeira), assegurando a justa taxação das grandes empresas que, na prática, negociam milhões e pagam 5% de imposto (IRC) sobre os seus lucros, em nome de um emprego residual, enquanto pequenas e médias empresas fora do CINM pagam 20% de imposto (IRC) sobre os seus lucros, a maioria das vezes criando mais postos

de trabalho do que as empresas offshore. Para além de um tratamento desigual inaceitável, isto representa a perda de muitos milhões de euros do erário público (de vários países) em prol do grande capital privado. A Região não pode continuar a ter um local onde se contorna a justiça fiscal. A economia regional, a economia portuguesa e a economia europeia devem estar em sintonia, harmonizando a fiscalidade entre países e acabando progressivamente com os paraísos fiscais dentro da União Europeia.

Habitação

1 Alcançar 20% de habitação pública

1.1 Criar habitação inclusiva, a custos controlados, que integre pessoas de diferentes estratos sociais, como forma de garantir o acesso dos cidadãos a habitações nos centros urbanos e a minimizar a falta de oferta no mercado de arrendamento.

2 Alargar os programas públicos de apoio ao arrendamento de casa por jovens

2.1 Atribuir uma comparticipação ao valor da renda, aumentando as verbas disponíveis, o tempo de apoio para o mínimo de 36 meses, e o limite máximo de rendimento mensal dos candidatos, e diminuindo os valores de renda máxima admitida por concelho.

3 Controlar a especulação imobiliária

3.1 Defender o fim dos Vistos Gold na Região, reformulando a legislação para acabar com os benefícios fiscais para residentes não habituais, e promover uma maior fiscalização ao investimento estrangeiro. Eliminar os programas de apoio à fixação de nómadas digitais.

Ecologia

1 Promover um turismo ecologicamente responsável

1.1 Maior cuidado com o ambiente e com preocupações com a sustentabilidade regional. Só uma visão holística que aborde a importância da educação na organização do desenvolvimento turístico poderá minimizar os impactos negativos na sociedade. A educação para um turismo sustentável será o móbil para uma sociedade regional empoderada na preservação do ambiente onde está inserida.

2 Criar um banco de terras

2.1 Facilitar a reversão rápida das propriedades rústicas sem proprietário identificado ou com proprietário que pretenda prescindir dessa condição, para a propriedade da Região e gestão da comunidade local.

2.2 Viabilizar progressivamente a disponibilização de terras para novos projetos de trabalho, preferencialmente cooperativo, com o apoio técnico dos serviços públicos, bem como agilizar a gestão florestal no terreno.

3 Aprovar um Plano Regional de Promoção da Agricultura Biológica

3.1 Criar condições para cumprir a meta de 50% da superfície agrícola útil dedicada ao modo de produção biológico, promovendo em simultâneo a proximidade ao local de consumo e apoiando a criação de Associações pela Manutenção da Agricultura de Proximidade.

3.2 Incentivar os agricultores a implementarem o Modo de Produção Biológico, bem como outros modos de produção assentes nas melhores práticas ambientais, sujeitos a medidas que promovam a salvaguarda da biodiversidade, dos solos e dos recursos naturais, através da criação de um fundo de reserva que assegure a disponibilidade de verbas, no tempo certo, para o pagamento de medidas agroambientais, e através do IVA reduzido para os produtos integralmente de origem “bio” produzidos na Região Autónoma da Madeira.

3.3 Privilegiar exclusivamente espécies ou variedades nativas ou autóctones nos Programas de Ordenamento Florestal, atribuindo particular prioridade às espécies endémicas e às Áreas Protegidas.

4 Descarbonizar a produção e consumo de energia

4.1 Incentivar o desenvolvimento da indústria solar fotovoltaica e térmica, dando especial relevo à produção descentralizada de energia para autoconsumo e à ocupação preferencial de superfícies urbanas, através da redução de IVA na aquisição de equipamentos solares, reforçando os programas de apoio à aquisição de equipamentos, e financiando a ligação à rede de sistemas de Unidades de Produção para Autoconsumo.

4.2 Criar um programa 3C - Casa Conforto e Clima regional, incentivando a renovação e reabilitação dos edifícios, sobretudo do respetivo isolamento térmico e climatização

passiva, bem como a substituição dos equipamentos pouco eficientes em fim de vida, atribuindo os apoios necessários a cidadãos, empresas e instituições, de forma a reduzir o período de retorno do investimento para menos de 3 anos.

5 Fomentar a partilha e a reutilização

5.1 Criar incentivos para bancos comunitários de bens de utilização esporádica, incentivando o aluguer de bens e produtos, criando programas de partilha nas escolas, facilitando o mercado de bens em segunda mão.

6 Promover uma alimentação simultaneamente saudável e sustentável

6.1 Garantir apoio para a compra de alimentos sazonais e de produção local para cantinas e instituições públicas, promovendo a utilização de produtos biológicos ou de produção integrada.

7 Limitar a publicidade no espaço público

7.1 Reduzir o número de “outdoors” e “MUPIs”, entre outros, de forma a diminuir a poluição visual, a poluição luminosa e o consumo energético associados ao atual sistema consumista.

Animais

1 Progredir na definição da personalidade jurídica dos animais

1.1 Atribuir às demais espécies animais os direitos de personalidade jurídica hoje reconhecidos exclusivamente aos animais de companhia.

2 Introduzir apoios que viabilizem o acesso a cuidados veterinários

2.1 Apoios dirigidos aos animais de companhia adotados por pessoas ou famílias carentes, através de programas de cooperação e sensibilização no acesso de todas as famílias a cuidados veterinários.

2.2 Adicionalmente, criar as bases para o Serviço Regional Veterinário, em parceria com as entidades da Região associadas à causa animal.

3 Promover a criação de Provedores dos Animais à escala municipal e atribuir à Provedoria Regional do Animal os meios necessários para uma atividade consequente.

4 Suspender a criação de animais de companhia para venda

4.1 Estudar o efetivo populacional adequado à dimensão regional e iniciar a partir daí a regulação desta atividade com base num modelo de dinâmica populacional adequado.

5 Proteger os animais de abusos decorrentes da atividade pecuária

5.1 Garantir o bem-estar dos animais que vivem em explorações pecuárias, monitorizando estas instalações e assegurando que os abates se dão de acordo com as normas europeias.

Educação

1 Capacitar a Educação Pública

1.1 Reforçar e distribuir de forma racional a dotação orçamental para a Educação, de forma a assegurar recursos, material e profissionais suficientes a todas as escolas da rede pública, que deve abranger todo a Região. Esta rede deve ter em conta a proximidade com as populações, evitando o abandono de algumas escolas locais.

1.2 Reforçar a autonomia das escolas, dando-lhes mais poder de decisão, especialmente em relação a questões pedagógicas e administrativas. Ao conceder maior autonomia, as escolas têm a capacidade de definir os seus próprios métodos de ensino, levando em consideração as características e particularidades dos alunos. Isso permite que as escolas adotem práticas pedagógicas inovadoras e adapte o processo educativo às reais necessidades de cada aluno. Além disso, a autonomia também possibilita uma maior participação da comunidade escolar na tomada de decisões, envolvendo pais, professores e alunos na definição das políticas de educação. Isso promove uma maior aproximação e compromisso por parte de todos os envolvidos, resultando em um ambiente escolar mais colaborativo e harmonioso.

1.3 Reforçar os orçamentos destinados à educação. É fundamental que haja uma adequada alocação de recursos financeiros para que as escolas possam implementar as suas propostas pedagógicas de forma efetiva. Isso inclui investimentos em infraestruturas, formação de professores e

do pessoal não docente, materiais didáticos e tecnologias informáticas adequadas.

2 Focar o currículo em cada aluno

2.1 Garantir uma preparação abrangente e combater o insucesso e o abandono escolares, assegurando a integração entre conhecimentos de áreas do saber, professores e alunos, reduzindo, num primeiro momento, o número de alunos por turma e, num segundo momento, criando condições para uma nova organização não baseada em turmas mas antes em comunidades de aprendizagem, diversificando os materiais de pesquisa de base e retirando ao manual o papel fundamental que ainda vai tendo, fomentando igualmente o uso de ferramentas digitais para desenvolver a literacia digital, garantindo a todos os alunos uma formação integral, dirigida e avaliada pelo aluno com o acompanhamento de colegas e professores, que promova o conhecimento para lá das disciplinas e da divisão entre atividade intelectual e atividade manual.

3 Promover a cidadania na escola e a integração na comunidade

3.1 Reforçar a educação para a cidadania, criando espaços de discussão e tomada de decisões e de intervenção dos alunos, permitindo a participação ativa dos alunos nos diferentes órgãos da escola, promovendo assim uma cultura de partilha e de cooperação.

4 Melhorar a capacidade de resposta do ensino profissional

4.1 Capacitar as escolas e os docentes para um ensino mais prático e tendente à empregabilidade imediata para os alunos que assim o desejarem, garantindo maior ligação das Instituições de Ensino Profissional ao tecido empresarial da Região, capacitando as instituições para a criação de uma oferta formativa que vá ao encontro das necessidades locais, e que permita o planeamento atempado das valências formativas necessárias a médio prazo, assegurando a coordenação entre as diferentes variantes de ensino para permitir facilmente a transição entre os diferentes modelos.

5 Recuperar as cantinas públicas nas escolas

5.1 Assegurar um serviço prestado pelos próprios estabelecimentos de ensino ou pelas Câmaras Municipais e não por empresas privadas, melhorando as refeições fornecidas quer a nível da qualidade quer da quantidade proporcionando, assim, refeições saudáveis e adequadas à faixa etária dos alunos, com o devido controlo de qualidade, assegurando os nutrientes essenciais para promover uma alimentação e estilos de vida saudáveis.

6 Continuar o investimento na educação e formação de adultos

6.1 Generalizar a perceção de que a aprendizagem se realiza ao longo da vida, promovendo quer a educação formal –

nomeadamente a formação profissional em contexto de trabalho – quer a aprendizagem não formal e informal em todas as idades, incluindo as Universidades Sénior, tanto em meio urbano como rural.

7 Financiar a Universidade da Madeira de forma estável e transparente

7.1 Criar um financiamento público num regime plurianual e contratualizado por objetivos, negociado entre o Governo Regional, a UMA e o Governo da República.

7.2 Eliminar as propinas nos cursos de licenciatura da UMA e regulamentar o valor das propinas relativas aos mestrados e à formação pós-graduada através do estabelecimento de tetos máximos e da preparação de um processo de redução progressiva do seu montante, de acordo com padrões europeus.

8 Pôr a ciência ao serviço das instituições públicas e da comunidade

8.1 Contratar o desenvolvimento de novos produtos e serviços, em parceria com a administração pública regional e a Universidade da Madeira.

9 Incentivar a digitalização da cultura

9.1 Tornar mais efetivo o apoio para a RTP Madeira promover mais a digitalização das artes e da Cultura da Região, disponibilizando ao público obras regionais, de acesso livre e gratuito, para toda a nossa diáspora, apoiando as dinâmicas de internacionalização dos vários setores de

criação e produção cultural da Região.

10 Integrar cultura e educação

10.1 Alargar o ensino artístico nas escolas, como acontece com o desporto e formação para a cidadania, promovendo uma maior relação entre as escolas e os espaços culturais públicos (bibliotecas, museus, teatros, bibliotecas, galerias, espaços naturais e outros), alargando os horários das bibliotecas públicas e criando espaços de estudo noturno, fomentando a abertura dos equipamentos escolares – como auditórios e bibliotecas – à comunidade e criadores, apoiando projetos culturais na área de integração/inclusão social.

Cidadania

1 Acabar com a venda de cidadania

1.1 Recusar programas como os Vistos Gold na Região Autónoma da Madeira, promovendo um sistema de imigração mais justo e transparente, baseado em critérios sólidos e objetivos. Isso garantirá que apenas pessoas que possuam um real interesse em investir e contribuir para o desenvolvimento da Região possam obter a cidadania portuguesa.

2 Combater a Situação de Sem-Abrigo

2.1 Reforçar o apoio integrado ao nível da habitação, do emprego e da formação profissional, garantindo o apoio através de medidas de proteção financeira e social.

3 Promover a igualdade de género em todas as suas interseções

3.1 Garantir que as instituições públicas tenham, entre os seus objetivos, a plena igualdade de género, liberta de estereótipos de género.

4 Combater a violência de género, a violência doméstica e no namoro

4.1 Reforçar conteúdos educativos sobre a igualdade de género, direitos sexuais e reprodutivos no currículo escolar.

4.2 Reforçar o apoio às organizações não governamentais que trabalham na prevenção da violência e/ou apoio a vítimas contra as mulheres, de violência doméstica, sexual, tráfico humano ou prostituição.

4.3 Tornar obrigatória a formação das forças de segurança, profissionais de saúde, das escolas, da segurança social e outros para prevenção, identificação e atuação em situações de perigo.

4.4 Continuar a expansão da rede de casas-abrigo e de acolhimento de emergência e melhoria dos serviços especializados de apoio às vítimas acolhidas.

4.5 Promover a coordenação dos tribunais de família e criminal para proteção rápida das vítimas e recurso imediato a ordens de proteção para vítimas e sua família próxima.

4.6 Tornar obrigatória, nos serviços e estruturas regionais, a adoção de boas práticas de prevenção e combate ao assédio no local de trabalho alinhadas com as recomendações da CITE-Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – e criando incentivos à adoção de orientações semelhantes nas empresas privadas.

5 Combater a discriminação por orientação sexual, identidade de género, expressão de género ou características sexuais.

5.1 Reforçar o combate a todas as formas de bullying e exclusão social contra crianças e jovens LGBTIQ+ em contextos educacionais através de formação adequada ao pessoal docente e não-docente para diversidade, inclusão e direitos humanos, que envolvam pais e mães, e outras entidades/pessoas se necessário.

6 Criar um regime de apoio à natalidade ou processo de adoção

6.1 Destinado a pais com vencimento individual mensal bruto que não ultrapasse dois salários mínimos regionais, deverá contemplar um apoio pecuniário por filho/filha nunca inferior a 20% do salário mínimo regional, que poderá ser majorado consoante as condições económicas do agregado familiar. No caso de uma família monoparental o apoio pecuniário por filho/filha nunca seria inferior a 30% do salário mínimo regional, sujeito também a majoração consoante as condições económicas do agregado familiar. Este apoio manter-se-á para qualquer membro do agregado familiar que se encontre inscrito no ensino obrigatório ou superior.

7 Defender a legalização do consumo, cultivo e venda de canábis na Região

7.1 Incluindo para uso recreativo, com a obrigatoriedade da etiquetagem informativa, da informação sobre os riscos e com a venda restrita a adultos.

8 Consagrar e garantir o direito à Internet livre e sem censura para todos

8.1 Garantir que toda a Região tem cobertura territorial suficiente e que nenhum cidadão se vê excluído de acesso, independentemente da sua condição económica, garantindo a cada cidadão as condições mínimas para trabalhar e se realizar através da Internet, estimulando a literacia digital e a capacidade digital para todas as idades.

9 Defender e empoderar a diáspora regional

9.1 Reconhecer e valorizar a sua importância para o desenvolvimento económico, social e cultural da Região. Isso pode ser feito através de políticas públicas que promovam a integração da diáspora na tomada de decisões e no planeamento estratégico da Região.

9.2 Fortalecer a ligação com as comunidades de emigrantes espalhadas pelo mundo através do estabelecimento de programas de intercâmbio cultural, desportivo e educacional, que permitam a troca de conhecimentos e experiências entre a diáspora e a região de origem.

9.3 Criar canais de comunicação efetivos e acessíveis, como plataformas online, para facilitar a troca de informações entre a diáspora e a Região. Isso pode incluir a divulgação de oportunidades de investimento ou de regresso à terra de partida, bem como a promoção da cultura e dos valores da Região.

9.4 Garantir que os direitos e interesses dos emigrantes sejam protegidos, tanto na Região Autónoma da Madeira como nos países de acolhimento. Isso pode incluir o apoio à integração e o combate à discriminação, bem como o fornecimento de serviços de apoio e assistência aos emigrantes.

Saúde

1 Reforçar o Serviço Regional de Saúde

1.1 Investir na modernização e na ampliação dos equipamentos e infraestruturas existentes. Isso permitirá melhorar a eficiência e a capacidade de resposta do serviço de saúde regional. Além disso, é fundamental garantir a adequada distribuição de recursos materiais, como equipamentos médicos e dispositivos de proteção individual, de forma a suprir as necessidades dos hospitais e centros de saúde da Região.

1.2 Apostar na formação e capacitação dos profissionais de saúde. Isso inclui a criação de programas de educação contínua, a promoção de parcerias com instituições de ensino, por exemplo a Universidade da Madeira, e a oferta de oportunidades de especialização e atualização profissional. Além disso, é importante atrair e reter profissionais, através da implementação de políticas de incentivo, como melhores condições de trabalho, progressão na carreira e remuneração adequada.

1.3 Garantir uma gestão pública eficiente e transparente. Isso implica a promoção de uma cultura de prestação de contas, a implementação de padrões de qualidade e segurança, a avaliação regular dos resultados e a revisão constante das políticas de saúde. Além disso, é importante envolver a sociedade civil e os profissionais de saúde nas decisões relacionadas à gestão do Serviço Regional de Saúde, através da criação de espaços de participação e de tomada de decisão conjunta.

1.4 Garantir a universalidade do Serviço Regional de Saúde, ou seja, garantir que todas as pessoas da Região têm acesso igualitário aos cuidados de saúde, independentemente da sua condição socioeconómica, do seu local de residência ou de qualquer outro fator discriminatório. Isso implica a implementação de políticas de combate às desigualdades em saúde, como o financiamento de estruturas de Saúde Pública, de prevenção de doenças e de acesso equitativo aos cuidados de saúde primários, especializados e hospitalares.

2 Adaptar à Região a aplicação do Estatuto do Cuidador Informal

2.1 Assegurar que o cuidado informal se desenvolva de forma célere e simplificada, através da atribuição pecuniária ao Cuidador Informal do valor mensal equivalente ao custo do internamento permanente da pessoa cuidada, por exemplo num Lar de Idosos, numa Casa de Saúde, entre outros.

3 Apostar na saúde mental para garantir o bem-estar geral da população

3.1 Dotar de recursos humanos a área da Psiquiatria e da Psicologia, para que as pessoas que necessitam tenham acesso a um acompanhamento adequado.

3.2 Investir na formação contínua de todos os profissionais de saúde para um expedito encaminhamento e um eficaz acompanhamento dos doentes.

4 Investir na saúde sexual

4.1 Dotar financeiramente os programas de rastreio e profilaxia de IST (Infeções Sexualmente Transmissíveis), de acompanhamento da saúde sexual de todas as pessoas e na disponibilização de tratamentos como a PrEP (Profilaxia pré-exposição) ou PPE (Profilaxia pós-exposição), de acordo com as recomendações das autoridades de saúde, aumentando de forma significativa as consultas de planeamento familiar nos centros de saúde.

Democracia

1 Melhorar o Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais.

1.1 Rever a tabela de honorários dos advogados, garantindo que os advogados nomeados recebem uma remuneração justa, de forma a motivá-los a prestar um bom serviço aos seus clientes. Isso também ajudará a atrair profissionais qualificados para atuar nesse sistema e garantir melhor acesso à justiça.

1.2 Instituir sistemas de pagamento atempado e previsível. Muitas vezes, os advogados nomeados enfrentam atrasos no pagamento dos seus honorários, o que pode afetar negativamente a sua motivação e empenho com o caso a defender. Estabelecer prazos justos e cumprir com os pagamentos ajudará a garantir que o trabalho dos advogados seja valorizado e que eles possam se dedicar adequadamente aos casos dos seus clientes.

1.3 Implementar um sistema de avaliação do serviço prestado pelos advogados nomeados que permita identificar os profissionais que estão realizando um trabalho de qualidade.

2 Garantir maior equidade entre partidos e candidaturas

2.1 Financiamento público de campanhas eleitorais que garantam recursos financeiros para todos os candidatos, partidos e candidaturas, independentemente de seu tamanho ou influência, assegurando que todos tenham acesso igual a recursos como materiais de campanha, espaços

para comícios e acesso a infraestruturas de apoio eleitoral. Isso evita a dependência excessiva de doações privadas e reduz o impacto do poder econômico nas eleições.

2.2 Tempo igual de cobertura noticiosa que assegure que todos os partidos e candidatos tenham acesso igual ao tempo de propaganda eleitoral em rádio, televisão e outros meios de comunicação. Isso evita a concentração de poder nas mãos de alguns e permite que todos apresentem as suas propostas de forma equitativa.

2.3 Debates eleitorais inclusivos que envolvam todos os candidatos, dando a todos a oportunidade de expor as suas ideias.

3 Limitar as contratações para cargos de confiança política

3.1 Limitar as contratações para cargos de confiança política, quando as funções podem ser desempenhadas por funcionários públicos existentes, pode trazer diversos benefícios para a administração pública como redução de custos, aproveitamento de recursos humanos existentes, maior eficiência, maior imparcialidade e aumento da confiança pública.

3.2 Esta limitação não significa que todos os cargos de confiança política devam ser eliminados. Em certos casos, pode ser necessário contratar pessoas com experiência política e conhecimentos específicos para funções estratégicas. No entanto, é importante estabelecer critérios claros e justificados para essas

contratações, garantindo que elas sejam verdadeiramente necessárias.

4 Promover uma cultura de integridade

4.1 Implementação de medidas que promovam uma cultura de integridade no exercício de funções públicas, tais como: Formação obrigatória em ética e transparência; Criação de códigos de conduta; Transparência e prestação de contas; Restrição de conflitos de interesse (devem ser estabelecidas regras rigorosas para evitar a promiscuidade entre o setor público e o setor privado); Fiscalização e punição de infrações.

5 Instituir Assembleias Cidadãs

5.1 Criar mecanismos de democracia deliberativa através de Assembleias Cidadãs, compostas por participantes escolhidos de forma aleatória e de modo a garantir a maior representatividade possível, que funcionem como câmaras de deliberação e trabalhem em conjunto com a Assembleia Legislativa Regional, propondo iniciativas legislativas e acompanhando de forma participativa as propostas discutidas na ALR.

Liberdade Esquerda Europa Ecologia

Versão

setembro
2023

Programa aprovado pela
Assembleia do LIVRE no
dia 8 de agosto de 2023

partidolivres.pt
[/madeira2023](https://madeira2023.pt)